

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED

TAÍZA MÁRCIA DE SOUZA

ENTRE TRAVESSIAS E CICATRIZES:
memórias de uma mulher (negra) e seu (re)encontro na pedagogia

UBERLÂNDIA-MG
2025

TAÍZA MÁRCIA DE SOUZA

ENTRE TRAVESSIAS E CICATRIZES:

memórias de uma mulher (negra) e seu (re)encontro na pedagogia

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial de avaliação da Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof. Mário Borges Netto.

UBERLÂNDIA-MG

2025

TAÍZA MÁRCIA DE SOUZA

ENTRE TRAVESSIAS E CICATRIZES:

memórias de uma mulher (negra) e seu (re)encontro na pedagogia

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação (FACED), da
Universidade Federal de Uberlândia (UFU),
como requisito para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Mário Borges Netto.

UBERLÂNDIA-MG

2025

TAÍZA MÁRCIA DE SOUZA

ENTRE TRAVESSIAS E CICATRIZES:
memórias de uma mulher (negra) e seu (re)encontro na pedagogia

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Uberlândia, 18 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Professor Mário Borges Netto (orientador)
Universidade Federal de Uberlândia- UFU

Professor Marco Aurélio Gomes de Oliveira
Universidade Federal do Norte do Tocantins- UFNT

RESUMO

Neste memorial de formação a autora traz uma análise sobre sua trajetória pessoal e profissional, buscando destacar a importância da educação na formação de sua identidade e como vê os aspectos de raça, gênero e classe social, com destaque para a questão do ser mulher e negra dentro de uma sociedade que nega igualdade de direitos. Para fazer a análise desses aspectos na sua trajetória buscou referências teóricas que pudessem auxiliar na compreensão dos relatos obtidos no meio profissional em que atua, assim como dados disponibilizados em sites de órgãos públicos, bem como fatos divulgados na mídia. A autora, de maneira reflexiva, traz alguns destaques de sua trajetória pessoal e de sua formação profissional, passando pela educação básica, educação técnica voltada para o exercício profissional na área de saúde, primeira graduação voltada para a área do direito e expectativas sobre a atual licenciatura em pedagogia. Ela destaca a relevância da memória como um instrumento de mudança a ser usado na atuação como pedagoga, com foco na transformação social por meio da educação, através do compartilhamento de suas experiências, dos seus conhecimentos como atuante no âmbito do direito, com o amparo necessário da teoria e prática adquiridas ao longo dessa licenciatura em pedagogia.

Palavras-chave: memórias, gênero, raça, classe; trajetórias, direito e educação;

ABSTRACT

In this graduation report, the author presents an analysis of her personal and professional trajectory, seeking to highlight the importance of education in the formation of her identity and how she sees aspects of race, gender and social class, with emphasis on the issue of being a woman and black within a society that denies equal rights. To analyze these aspects of her trajectory, she sought theoretical references that could help in understanding the reports obtained in the professional environment in which she works, as well as data made available on public agency websites, as well as facts reported in the media. The author, in a reflective manner, presents some highlights of her personal trajectory and her professional training, including basic education, technical education focused on professional practice in the health area, her first degree focused on the area of law and expectations regarding her current degree in pedagogy. She highlights the relevance of memory as an instrument of change to be used in her work as a pedagogue, with a focus on social transformation through education, by sharing her experiences and knowledge as a legal practitioner, with the necessary support of the theory and practice acquired throughout her degree in pedagogy.

Keywords: memories, gender, race, class; trajectories, law and education;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 UMA SELEÇÃO DE MEMÓRIAS	08
3 REFLEXÕES NECESSÁRIAS	12
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
5 REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

Pensando em minha trajetória de vida, pessoal e profissional, percebo que foram inúmeras as contribuições e que muitas dessas contribuições vierem da educação formal que recebi, seja pela presença ou ausência de marcadores importantes para o reconhecimento da minha raça, gênero e classe. Reconheço também que minha formação humana foi moldada por muitos fatores, mas principalmente pelos contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e ideológicos nos quais estive inserido.

Mais que simples cenários esses contextos influenciaram profundamente meu modo de ser e de perceber o mundo. As vivências nos espaços onde cresci, convivi, aprendi e me transformei – muitas vezes sem perceber – deixaram marcas significativas que contribuíram para a construção da pessoa e da profissional que me tornei.

Trago então essas considerações para esse memorial de formação, pensando por um lado nas possibilidades de desenvolver um trabalho como pedagogo jurídico futuramente, contribuindo para uma transformação social por meio do conhecimento, por outro lado, ao debruçar-me sobre minha história, refletindo sobre os impactos das minhas experiências e a escolha deste curso de Licenciatura em Pedagogia, transformo a mim mesma, reconhecendo o quanto é importante a reflexão sobre nossas memórias.

Na busca por entender como as condições de gênero, raça e classe influenciaram nas minhas escolhas e não escolhas, profissionais e pessoais, faço uma abordagem reflexiva como a proposta por Donald Schön¹ e vejo que, em toda minha trajetória a ação gerou reflexão e dessa gerou-se nova ação. Reconheço que esse é um movimento que sempre se fez presente na minha vida.

Além de discutir a reflexão na ação, Schön (1992) também enfatiza a relevância da reflexão para a ação, ou seja, a avaliação do conhecimento adquirido e sua possível aplicação em ocasiões futuras. E, destacando a importância do próprio processo reflexivo, propõe uma análise de como essa prática promove o crescimento profissional. Trago isso para minha vida, nas minhas escolhas, especialmente na escolha pelos cursos de Direito e agora a Pedagogia onde essa prática reflexiva é muito importante para o desenvolvimento profissional.

¹ Donald Alan Schön (19 de setembro de 1930 – 13 de setembro de 1997) foi um filósofo americano e professor de planejamento urbano no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Ele desenvolveu o conceito de prática reflexiva e contribuiu para a teoria da aprendizagem organizacional. Universidade de Harvard (Ph. D.)

2 UMA SELEÇÃO DE MEMÓRIAS

Ao utilizar a memória como método de pesquisa eu, por diversas vezes, tive dúvidas quanto a autenticidade das memórias que aqui trago, pois ao relembrar tenho ciência que meus relatos entrelaçam os acontecimentos passados com o meu “eu” de hoje e, evidentemente, nesse rememorar dos fatos há perdas de alguns elementos e transformação de outros. Essa ponderação se dá porque, no meu entendimento, acredito que as nossas memórias são contínuas, interligadas e frequentemente condicionadas por fatores de interferência externos e por essa razão talvez sejam capazes de criar “novas memórias” em razão dos novos elementos acrescentados com o decorrer do tempo. Penso ser um sinal da reflexão na ação, já passada, vista quando estou fora desta ação.

Mas, me propondo a ser o mais fiel possível, relato o início de minha trajetória de vida como a primeira filha do casal Antonio Ferreira de Souza e Orlandina Maria de Souza. Ele pedreiro, ela dona de casa, ambos com formação educacional básica até a antiga 4ª série.

Tenho dois irmãos, Darley e Fabricio, que vieram alguns anos depois de mim, e juntos vivemos uma boa infância, nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo e posteriormente em Uberlândia/MG.

Do que sei, ou do que penso que sei, sobre meus pais, posso dizer que ambos vieram de famílias simples da roça, que vivam no interior de Minas Gerais. Ele, 11 anos mais velho que ela, casaram-se quando ela completou 16 anos. Eu nasci quando ela mal havia completado 18 anos. Essa experiência em ser mãe, com tão pouca idade, eu também tive pois fui mãe aos 17 anos.

Da época da minha infância trago boas lembranças da brincadeiras de rua com meus primos e com as crianças da vizinhança. Lembro também dos primeiros rabiscos, as primeiras garatujas que fiz e que foram fruto do trabalho de outras crianças (um pouco mais velhas que eu), filhas da nossa vizinha. Elas se autointitulavam minhas professora, tinha inclusive dever de casa para fazer.

Mas minha educação formal iniciou quando nos mudamos para a cidade de Uberlândia, fui para a escola regular - 1º ano primário - em uma escola pública estadual que ficava bem próxima de casa.

Dessa época tenho uma lembrança que me é muito especial: lembro-me do meu pai nos contando histórias. Sempre à noite, após o jantar. Eram histórias que não sei dizer se ele ouviu alguma vez e nos recontava ou se ele as procurava para nos contar. Tinha personagens que ainda me lembro (João e Maria, a bruxa má, a mula sem cabeça, o fantasma, a mãe do

ouro que vivia no rio). Costumavam ser histórias longas, e eram contadas em capítulos. Meu pai também lia capítulos da bíblia para nós. Essa educação informal foi muito importante em minha vida.

Com minha mãe eu realizava algumas atividades na comunidade, além dos bordados em ponto cruz. Lembro-me de irmos às casas de pessoas para entregar cestas de alimentos, roupas e fazer orações junto com outras mulheres da igreja. Fazíamos também trabalhos sociais em conjunto com órgãos públicos e ONGs, como a distribuição de vale gás e ticket de leite para pessoas se faziam o cadastro na secretaria da paróquia do bairro. Nos finais de semana íamos com o padre/ pároco para os distritos, onde ele celebrava missas e batizados, enquanto nós cuidávamos das vestimentas dele e dos aparatos para a celebração. Isso também fez parte da minha educação não formal.

Tive uma base rica em minha infância: participação ativa nas atividades familiares, tanto de trabalho quanto de celebrações festivas, participação em eventos culturais da comunidade, convívio com pessoas e ambientes que colaboraram de forma positiva para o meu desenvolvimento infantil e juvenil e que produzem até hoje reflexos na minha vida adulta pessoal e profissionalmente.

Aos 7 anos eu já sabia ler e escrever (o trabalho de minhas professoras mirins foi um sucesso). Nunca tive grandes dificuldades com conteúdos escolares, exceto as fórmulas matemáticas e físicas no ensino médio. Mas gostava mesmo era das aulas da minha professora “Luzia”, que ministrava aulas de português lá na “Escola Estadual Marechal Castelo Branco”, na época da educação básica dos anos iniciais e essa pode ter sido a primeira grande influência para minhas escolhas de graduação.

Também admirava muito meu professor Gilmar Machado, que ministrava aulas de OSPB – Organização Social e Política Brasileira e Educação, Moral e Cívica, o que certamente contribuiu para meu interesse pelo Direito, minha primeira graduação.

Mas, antes dessa graduação fiz um curso técnico – enfermagem – e antes desse curso técnico tive que concluir o “2º grau”, isso porque, estudei regularmente até o 1º ano do ensino médio quando então, aos 16 anos, abandonei os estudos em razão de diversos fatores como: separação dos meus pais, necessidade de trabalhar e um namoro, seguido de um casamento e uma gravidez prematuros.

Nesse contexto, não apenas eu, mas inúmeras “meninas” se tornam adultas de um momento para o outro, sem preparo algum. Seja por conta da educação formal não concluída, da educação informal inexistente ou incompleta, que no meu caso traduzo: nenhum conhecimento sobre sexualidade me levou para uma maternidade precoce e diversas situações

que, agravadas pelo contexto fático das desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero, me direcionaram para um trabalho com carga horária pesada e salário mínimo, exigindo-me uma escolha entre estudar e as obrigações impostas socialmente a uma mulher casada e com filho.

Quando meu primeiro filho completou 3 anos de idade, eu voltei a estudar. Trabalhava durante o dia e estudava à noite, no ensino regular. Essa minha realidade também é a de muitas outras mulheres e, conforme um artigo trazido na edição da revista Exame Plural, Plataforma feminina, publicado em 23 de novembro de 2024 – “A desigualdade de gênero e seus impactos socioeconômicos” – os indicadores mostram que a realidade é ainda mais complexa e desafiadora se considerado a interseccionalidade entre gênero e raça.

(...) indicadores sociais das mulheres no Brasil, do IBGE, destaca uma barreira relevante e de muitas consequências, principalmente em economias em desenvolvimento: o volume de horas que as mulheres dedicam ao cuidado de outras pessoas e às tarefas domésticas. Em 2022, as brasileiras gastaram nessas atividades quase o dobro de horas semanais na comparação com os homens: 21,3 versus 11,7 horas - mulheres pretas ou pardas desempenharam essas funções 1,6 horas a mais do que as brancas. Essa dupla jornada determina menor disponibilidade para se dedicar à educação e até mesmo ao descanso, o que pode impactar negativamente a saúde física e emocional. (<https://exame.com/esg/a-desigualdade-de-genero-e-seus-impactos-socioeconomicos/>).

Graças ao meu retorno aos estudos consegui uma vaga de emprego no Hospital de Clínicas da UFU, através da Faepu, uma fundação dentro do hospital, onde a remuneração era bem melhor que a do meu emprego anterior e, em razão desse trabalho eu consegui uma bolsa custeada pelo hospital para um curso técnico de enfermagem, iniciado logo após o término do ensino médico, o antigo segundo grau da educação formal.

O curso técnico foi um aprendizado importante, especialmente dentro da área que eu trabalhava, e foi o que me garantiu uma outra oportunidade de trabalho alguns anos depois. Essa necessidade de profissionalização, para nós mulheres negras é ainda mais importante porque, como bem trouxe o artigo da revista Exame Plural, anteriormente citado, a educação é a base para a transformação da vida de mulheres e meninas e, ao longo da minha trajetória observei como a qualificação profissional é essencial para nos garantir mais autonomia.

Também entendo que esse processo precisa começar cedo — lá na educação básica — e se fortalecer ao longo dos anos educacionais e formativos. E nesse percurso também deve-se incluir o acesso ao conhecimento sobre seus direitos políticos, sociais, humanos, e especialmente sobre os temas que fazem parte da construção da liberdade e da cidadania.

Em 1997 tive meu segundo filho. E meu sonho era uma graduação, mas isso não era bem aceito pelo meu marido. Divorciei-me alguns anos depois e arrumei um segundo emprego para preparar o terreno para o próximo sonho: fazer faculdade de direito.

Nessa parte da minha, em jornada tripla por quase sete anos consecutivos, sendo dois trabalhos de 6 horas diária cada e ainda os afazeres de casa, eu senti, de forma direta e incisiva o que é ser mulher, negra e pobre, e ainda com dois filhos pequenos para criar. Adoecei por conta dos excessos e não foi nada bom.

Meses depois, recuperando as condições mínimas de saúde para voltar ao trabalho, me vi obrigada a escolher: deixar um dos trabalhos ou voltar para uma nova internação hospitalar logo. Fiz minha escolha baseada na razão, escolhi permanecer no trabalho mais estável. O problema é que ele era o menos rentável e com isso minha situação financeira ficou precária. Mas, não havia possibilidade de eu desistir, e assim, “aos trancos e barrancos”, como dizem popularmente, eu segui com meu propósito.

Assim, contrariando alguns, iniciei meu curso de Direito em meados de 2009, me formei e logo em seguida conquistei a tão almejada carteira da ordem dos advogados – OAB, iniciando uma nova profissão.

Foram muitos anos de dedicação, estudos e pós-graduação, mas por ocasião da pandemia do Covid-19 fiz uma reconsideração sobre minha vida, encerrei as atividades no escritório de advocacia e aluguei o imóvel para um terceiro. Ainda cuido dos processos em curso e alguns poucos processos novos que não exigem grandes esforços e tempo dedicado.

Decidi que queria me mudar para perto do mar e fui para o litoral paulista e também voltei aos estudos, abraçando uma oportunidade de oferta do curso de Pedagogia na modalidade Ensino a Distância. E de lá até aqui já são quatro anos nessa graduação voltada para a educação, dois anos de idas e vindas entre São Paulo e Minas Gerais e muitas novas memórias para a vida pessoal e profissional.

Aos poucos estou costurando as experiências e estudos do campo do direito com os estudos e estágios da Pedagogia e ao final desta graduação, já então licenciada em Pedagogia, quero exercer meu trabalho em campos diversos, seja na educação formal ou na informal, utilizando dos conhecimentos jurídicos sempre que necessário, mas com um olhar voltado para a educação inclusiva de jovens e adultos, principalmente mulheres, colaborando na trajetória dessas para que se reconheçam dentro dos espaços culturais, sociais, políticos, educacionais, profissionais e tantos outros.

3 REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Segundo um artigo publicado no caderno de economia da revista Agência Brasil a dupla jornada para mulheres leva a ciclo de pobreza: “a desigualdade de gênero, expressa pela dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres, contribui diretamente para a manutenção de um ciclo de pobreza.” E ainda nesse mesmo artigo, a secretária Nacional de Cuidados e Família, Laís Abramo², afirma que a sobrecarga pela qual passam as mulheres gera a chamada pobreza de tempo. “As mulheres acabam ficando sem tempo para se dedicar a outros âmbitos da vida, como terminar a sua trajetória escolar, fazer um curso de formação profissional, se inserir no mercado de trabalho, participar da vida pública, por exemplo. Fora as questões relacionadas a cultura, lazer e ao autocuidado”.

Essa realidade assola todas as mulheres, mas segundo uma matéria veiculada em março deste ano na página do Ministério do Trabalho e Emprego - “Desafios da mulher no mercado de trabalho: desigualdade de gênero e racismo persistem”-³, a situação é ainda mais grave quando se trata de mulheres negras, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresentado em 2024 que trouxe dados estatísticos importantes, confirmando que mulheres negras são majorias entre as mulheres desempregadas e as que tem subempregos, além de terem a menor remuneração.

Considerando a condição de mulher, negra, já com mais idade e sendo a única provedora de recursos financeiros da casa, acabei assumindo casos jurídicos que não desejava, mas o fazia tão somente por ser uma fonte de renda, e trabalhei muitas vezes contrariando concepções pessoais. “Mulheres que enfrentam não apenas a opressão de gênero, mas também dificuldades econômicas possuem experiências que moldam sua consciência e suas prioridades.” Esse, talvez tenha sido um dos ofensores da minha carreira, porque na verdade eu sempre almejei o concurso público na área jurídica, não na magistratura e sim no Ministério Público, mas não me sobrava o tempo necessário para dedicar-me aos estudos e

² Laís Wendel Abramo é socióloga, mestre e doutora em sociologia pelo Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). É especialista em temas relativos à desigualdade, políticas sociais e o mundo do trabalho. É autora de diversas publicações sobre pobreza e desigualdade, cuidados e proteção social, mercado de trabalho, gênero, raça e juventude, sindicalismo e trabalho decente no Brasil e na América Latina. <https://www.gov.br/mds/pt-br/composicao/mds-secretarias/secretaria-nacional-da-politica-de-cuidados-e-familia/secretario>.

³ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Desafios da mulher no mercado de trabalho: desigualdade de gênero e racismo persistem. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem>.

assim sendo eu não consegui aprovação em muitos concursos que prestei e naqueles em que fui aprovada, a colocação foi péssima e não fui convocada.

Ao analisar a questão de gênero e muito importante ressaltar que embora todas as mulheres compartilhem desafios comuns, as experiências das mulheres negras são marcadas por um conjunto de opressões interligadas, sendo para essas ainda maiores as dificuldades em ter o reconhecimento da sua cidadania, autonomia e capacidade plena. Essas dificuldades são reforçadas pelas persistentes formas de violência de gênero e pelo racismo institucional.

Um dos referenciais teóricos que trago para desenvolver este memorial remete a Angela Davis, filósofa, ativista e professora, ela lutou e ainda luta pelo fim do racismo e do sexismo, fazendo críticas severas às formas interligadas de opressão sofrida pela mulheres negras.

Davis aponta em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016) que não podemos entender as experiências das mulheres negras através das lentes limitadas que os movimentos feministas tradicionais costumam empregar, isso porque esses movimentos, frequentemente, se concentraram nas experiências de mulheres brancas, ignorando as vozes das mulheres de negras, que enfrentam desafios únicos decorrentes da intersecção entre raça, gênero e classe.

A autora mostra como o feminismo hegemônico ignorou as experiências das mulheres negras trabalhadoras, que sempre estiveram em duplas ou triplas jornadas — no trabalho, na casa dos outros, e na resistência ao citar uma fala de Elizabeth Gurley Flynn, feminista, ativista e líder de várias lutas femininas, e que, mesmo não sendo negra, foi grande defensoras destas:

(...) as veteranas negras sofriam em um grau ainda maior do que suas irmãs brancas. De fato, as mulheres negras geralmente estavam presas por um grilhão triplo de opressão: “Toda desigualdade e limitação impostas à mulher branca estadunidense são agravadas mil vezes entre as mulheres negras, triplamente exploradas – como negras, como trabalhadoras e como mulheres” (DAVIS, 2016, p. 161)

Bem como faz uma crítica ao fato de que a opressão de classe não tem primazia sobre outras formas de opressão.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2016, p. 18)

A autora afirma que é necessário um comprometimento de todos os membros da sociedade para que se rompa com os modelos opressores vigentes:

Nessa construção, para ela, cabe às mulheres negras um papel essencial, por se tratar do grupo que, sendo fundamentalmente o mais atingido pelas consequências de uma sociedade capitalista, foi obrigado a compreender, para além de suas opressões, a opressão de outros grupos. (DAVIS, 2016, p. 18)

A autora traz exemplos de situações excludentes das mulheres negras do contexto social e político, por exemplo, no trecho abaixo transcrito de seu livro:

Dos 8 milhões de mulheres que integravam a força de trabalho na primeira década do século XX, mais de 2 milhões eram negras. Na condição de mulheres que sofriam com a combinação das restrições de sexo, raça e classe, elas tinham um poderoso argumento pelo direito ao voto. Mas o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras. (DAVIS, 2016, p.144)

Ao apresentar as mulheres negras como parte fundamental para a emancipação feminina e também para o povo negro, a autora afirma que é necessário separar valores democráticos de valores capitalistas. Aqui aproveito para explorar essas pontuações trazidas pela autora na área em que trabalho, o poder judiciário.

Infelizmente, mesmo diante de vários progressos no âmbito social, cultural, político e econômico, o que encontramos em relatos de estudos promovidos por diversas instituições trazem dados que são preocupantes em relação às condições em que vivem e sobrevivem as mulheres, especialmente as mulheres negras em nosso país.

Essa ideia central de Angela Davis sobre a interseccionalidade entre raça, classe e gênero — ou seja, não dá pra entender a opressão às mulheres negras apenas pelo viés do sexismo, sem considerar também o racismo e a exploração econômica está presente ainda nos dias atuais em diversos ambientes, inclusive naqueles que são pilares da democracia, a exemplo aqui no Brasil, os poderes executivo, legislativo e judiciário, e que ainda permitem situações que remetem a épocas que julgamos termos já ultrapassado.

Prova disso encontramos ao analisar os dados do relatório divulgado no ano de 2023, pelo Conselho Nacional de Justiça, e as informações relevantes que vão ao encontro das ideias de Davis sobre a interseccionalidade, isso porque, apesar do relatório tratar mais especialmente das desigualdades com base na raça/cor, com o objetivo de combate e correção das desigualdades raciais, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário, a realidade trazida pelos elementos desse relatório alcança também a condição de

gênero , demonstrando em seus resultados que as mulheres são minorias nos cargos do judiciário, e esse número é ainda menor quando falamos de mulheres negras.

É importante lembrar que no mesmo ano da divulgação deste relatório foi aprovada a Resolução CNJ nº 525/2023, que instituiu uma política afirmativa de gênero para a promoção de magistradas aos tribunais de segundo grau, buscando corrigir desigualdades estruturais no Poder Judiciário (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2023). O que temos então é um caminhar lento da instituição dessas políticas afirmativas no âmbito do Poder Judiciário.

Mas, não restrito a esse ambiente institucional, infelizmente basta-nos abrir os noticiários e ler as atrocidades ainda praticadas contra mulheres e especialmente contra mulheres negras, dentro e fora das instituições, sejam elas públicas ou privadas.

Em 2016 circulou um vídeo nas redes sociais onde o então prefeito do Rio de Janeiro, o Sr. Eduardo Paes, foi protagonista de falas discriminatórias, sexistas e racistas ao entregar as chaves de imóvel popular a uma mulher negra. Conforme o trecho abaixo, é possível imaginar a realidade que assola as mulheres negras brasileiras, pois com certeza esse não é um episódio isolado.

O prefeito carioca e a mulher, chamada para receber as chaves do imóvel, entram na casa. Ao chegarem ao quarto, Paes diz: “Vai trepar muito aqui neste quartinho”. Não satisfeito, ele pergunta se a moça é casada e emenda: “Vai trazer muito namorado pra cá. Rita faz muito sexo aqui”. Como se a humilhação não fosse suficiente, Paes, já do lado de fora, grita para os vizinhos da moça que acompanhavam a entrega. “Ela disse que vai fazer muito canguru pernetta aqui. Tá liberado, hein? A senha primeiro.” Visivelmente envergonhada, a moça se afasta e diz que vai trancar a porta de casa. (<https://oglobo.globo.com/rio/mulher-alvo-de-comentarios-sexuais-diz-que-vai-processar-paes-20014061>).

Que mensagem transmite um líder político, ocupando o mais alto cargo do Poder Executivo municipal de uma cidade como o Rio de Janeiro, ao falar em alto e bom som tais atrocidades? Eu respondo: ele legitima e encoraja que outros homens, tanto dentro quanto fora das estruturas do poder público, adotem o mesmo comportamento. Como se não bastasse a nossa realidade cotidiana já nos restringir direitos, limitar oportunidades e desvalorizar nossa existência — enquanto seres humanos e profissionais.

Mas sabemos que essa situação discriminatória e vexatória não é exclusividade do poder executivo ou legislativo ou judiciário, e nem uma exclusividade do nosso país, é uma realidade que se faz presente aqui e também no exterior e muitas vezes as ofensas vem dos próprios pares e é especialmente direcionada às mulheres e as suas características físicas, intelectuais e situação econômica.

Davis (2016) ao falar sobre a importância da resistência, quer nos encorajar a acordar para os nossos direitos e continuar lutando mesmo quando tudo ao redor tenta te calar. Ela também reafirma o que muitos ainda tentam ignorar: raça, gênero e classe estão entrelaçados. E negar essa intersecção é continuar perpetuando exclusões, racismo e preconceitos.

O feminismo tradicional não olha para as dores das mulheres negras. E, talvez, essa seja uma das feridas mais profundas que carregamos herdada da escravidão:

O nó histórico que ata as mulheres negras (sistematicamente abusadas e violadas por homens brancos) aos homens negros (mutilados e assassinados devido à manipulação racista das acusações de estupro) apenas começou a ser reconhecido de modo significativo. (...) "O mito do estuprador negro de mulheres brancas é irmão gêmeo do mito da mulher negra má – ambos elaborados para servir de desculpa e para facilitar a exploração continuada de homens negros e de mulheres negras". (DAVIS, 2016, p 171)

E desse modo, atualizada todos os dias pela mídia e pela cultura, insistindo em dizer que nossos corpos não nos pertence. Esses fatos trazidos no livro e perpetrados até hoje demonstram que a violência contra as mulheres negras fazia e ainda faz parte da dinâmica econômica e da estrutura social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pensarmos na importância da educação e do conhecimento possibilitado por ela, veremos que a Pedagogia pode ser a formadora de multiplicadores de saber, de transmissores de conhecimentos, sendo essencial a atuação do pedagogo, do docente, do pesquisador e de outros tantos profissionais ligados à educação na transformação de uma sociedade.

Existe uma frase conhecida, com autoria atribuída a Paulo Freire em alguns lugares, mas em outros afirmam não ser, a frase diz: "A educação não muda o mundo, a educação muda as pessoas, as pessoas mudam o mundo". Essa frase, independentemente de sua autoria, é muito verdadeira porque são as pessoas que mudam o mundo.

Assim como Angela Davis, Patricia Hill, bell hooks, Paulo Freire, Rubem Alves e outros tantos que trouxeram sua contribuição para divulgar, fortalecer, e dar voz a causas como o combate ao sexismo, racismo, e a importância da educação na formação de indivíduos com autonomia e dignidade, existem outros tantos atores que, neles inspirados, continuam replicando seus ideais e lutando por mudanças que tragam igualdade e equidade para que a sociedade se torne mais justa.

Nessa esteira de pensamento, retomo a introdução deste memorial para complementar que aquela vontade de mudança que surgiu em mim, por ocasião da pandemia do covid19, foi

um impulso bom e necessário para que eu saísse da minha zona de (des)conforto. E posso afirmar que ao “aproveitar” a oportunidade de cursar uma faculdade federal na modalidade de ensino a distância- EAD, escolhi o curso de Pedagogia porque acredito, por minhas próprias experiências de vida, que a educação é a melhor e mais digna forma que uma pessoa tem para mudar o rumo de sua vida e para alcançar a condição de cidadão em toda sua plenitude.

Reconheço em mim todas as contribuições, aprendizados, erros e acertos que fizeram com que eu chegasse até aqui. E em tudo procuro uma razão. Essa racionalidade e flexibilidade é herança paterna. Por outro lado, trago a herança materna da resiliência, da persistência e da superação. Mas são os sonhos que nos movem, e eu continuo sonhando.

E faz parte dos meus sonhos a atuação pedagógica, de preferência na Educação de Jovens e Adultos, utilizando também minha formação em Direito, oferecendo conhecimento que garantam acesso igualitário à educação e outros direitos sociais, políticos e culturais, dentre outros.

A combinação desses campos – Direito e Educação - favorece a promoção de uma educação que respeita a pluralidade cultural do Brasil, assegurando que os indivíduos sejam preparados para enfrentar os desafios de convivência em uma sociedade que é muito desigual em vários aspectos, mas que ainda tem condição de ser modificada, corrigindo essas desigualdades.

Com Paulo Freire (1967), um dos maiores educadores brasileiros⁴, encontro traços de minha identidade na defesa que ele faz sobre a educação e o seu poder libertador. Só tem possibilidade de escolha aquele que tem conhecimento das opções existentes e esse conhecimento vem da educação. Ele dizia que a verdadeira aprendizagem promove a consciência crítica, permitindo que as pessoas compreendam sua realidade e atuem para transformá-la, rompendo com estruturas de opressão e desigualdade.

bell hooks (2022), também comunga desse entendimento afirmando que a pedagogia da liberdade precisa considerar o lugar social de quem aprende, compreendendo que o processo educativo só é realmente emancipador quando acolhe as experiências concretas de vida das pessoas , incluindo suas dores, suas lutas, suas ancestralidades. A educação em direitos humanos, nesse contexto, não é apenas conteúdo: é prática ética, crítica e afetuosa,

⁴ Paulo Freire, através de sua Pedagogia Libertadora, propõe uma educação que transforma os indivíduos em sujeitos críticos e conscientes de sua realidade, capaz de questionar e transformar o mundo.

capaz de romper silêncios históricos e afirmar, com coragem, que outro mundo é possível, e que começa, justamente, por quem historicamente foi deixado de fora dele.⁵

Assim, cabe a mim, agora concluinte da licenciatura em pedagogia, contribuir de forma prática, dando continuidade às ações com as quais já me identifico a algum tempo, como: “Direito na escola” que é um programa que contribui com a educação cidadã, auxiliando profissionais da educação no enfrentamento de situações do dia a dia no âmbito das escolas como os casos de bullying, uso de drogas, pichações e outros problemas que podem trazer implicações na seara jurídica, onde minha atuação foi voluntária através da OAB/MG – sede de Uberlândia.

Por outro lado poderei também, agora com a formação técnica e as experiências vivenciadas durante essa graduação, me aproximar mais da educação básica de jovens e adultos – EJA – que foi uma das melhores experiências que tive no campo de estágio, e que inclusive fiz questão de presentear cada um dos estudantes da sala onde estagiei com uma cópia da Constituição Federal, com linguagem informal e simplificada, permitindo ao leitor a compreensão e o aprendizado sobre relevantes temas de interesse do cidadão brasileiro, como: Estado, economia, cultura, política, educação e saúde, os fundamentos da cidadania e a importância de conhecer os seus direitos e garantias.

Concluo com uma reflexão na qual ainda estou trabalhando: serei eu educadora? Ou professora? Digo isso porque ao ler “Conversas com quem gosta de ensinar” de Rubem Alves (2000), surgiu-me dúvidas quanto a essa diferenciação que ele faz entre educador e professor. E ao reviver minhas memórias, lembrar minhas trajetórias e me encontrar nessa interseccionalidade como mulher, negra, pobre, mas que, por meio da educação, conseguiu quebrar um ciclo, educar os filhos e prepará-los para o exercício da autonomia, formando-os cidadãos completos, penso que ser educadora, no sentido trazido pelo autor, é o que mais aproxima meu “eu” pessoal da prática docente, contribuindo para o desenvolvimento dos indivíduos e sua preparação para o exercício da cidadania plena.

⁵ O atual número do eleitorado feminino brasileiro é de 52,50%, porém como representantes políticas temos somente 15% na Câmara dos Deputados e 12,4% no Senado. Este percentual não chega a 3% para cargos ocupados por mulheres negras, os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Brasil é o 142º no ranking mundial de participação de mulheres na política nacional. (Fonte: <https://rmnpr.org.br/noticia/2/90-anos-do-voto-feminino-24-de-fevereiro-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil/oficinas>)

5 REFERÊNCIAS

BERNARDES, Maria Irene M. *Memorial acadêmico: trajetórias, histórias e aprendizagens*. Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31765/1/MemorialAcad%C3%AAmicoTrajet%C3%B3rias.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Laís Wendel Abramo*. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/composicao/mds-secretarias/secretaria-nacional-da-politica-de-cuidados-e-familia/secretario>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Desafios da mulher no mercado de trabalho: desigualdade de gênero e racismo persistem*. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem>. Acesso em: 10 maio 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. Versão eletrônica. Produção: Lívia Campos. Disponível em: <https://doceru.com/show/?q=Patricia+Hill+Collins+>. Acesso em: 8 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Diagnóstico étnico-racial no Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/relatorio-do-censo-de-2023.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Resolução nº 525, de 27 de setembro de 2023*. Altera a Resolução CNJ nº 106/2010, dispondo sobre ação afirmativa de gênero para acesso das magistradas aos tribunais de 2º grau. *Diário da Justiça Eletrônico do CNJ*, Brasília, n. 229, p. 7–9, 27 set. 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5277>. Acesso em: 11 maio 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://doceru.com/doc/55xe10e>. Acesso em: 8 maio 2025.

FERREIRA, A. L.; ACIOLY-RÉGNIER, N. M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. *Educar em Revista*, n. 36, p. 21–38, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, J. B.; CASAGRANDE, L. D. R. A educação reflexiva na pós-modernidade: uma revisão bibliográfica. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 10, n. 5, p. 696–703, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/8fNDYCNMYNn8kBVJvYZcdH/>.

HOOKS, bell. *Pertencimento: uma cultura do lugar*. Tradução: Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022. 284 p. Versão eletrônica. Disponível em: <https://doceru.com/show/?q=bell+hooks+pertencimento>. Acesso em: 6 jun. 2025. ISBN 978-85-93115-76-9.

MOURA, Bruno de Freitas. Dupla jornada para mulheres leva a ciclo de pobreza: desigualdade de gênero impede desenvolvimento. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/dupla-jornada-para-mulheres-leva-ciclo-de-pobreza>. Acesso em: 10 maio 2025.

MOURÃO JÚNIOR, C. A.; FARIA, N. C. Memória. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 28, n. 4, p. 780–788, out. 2015.

PORFÍRIO, Francisco. Angela Davis. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/angela-davis.htm>. Acesso em: 10 maio 2025.

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 11ª Ed. Campinas, SP. Papirus, 2000.

SCHON, Donald A. (Schön): Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, Antônio (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 79–92.

SCHON, Donald A. (Schön): aprendizagem, reflexão e mudança. *Infed.org – explorando educação, pedagogia e ação comunitária*. Disponível em: <https://infed.org/mobi/donald-schon-learning-reflection-change/>. Acesso em: 7 mar. 2025.

TAVARES, Rebecca. A desigualdade de gênero e seus impactos socioeconômicos. *Exame Plural – Plataforma Feminina*, 23 nov. 2024. Disponível em: <https://exame.com/esg/a-desigualdade-de-genero-e-seus-impactos-socioeconomicos/>. Acesso em: 2 maio 2025.